



# Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.841/95 DE 17 DE MAIO DE 1.995.

"DISPÕE SOBRE DOAÇÃO COM ENCARGOS, DE TERRENO URBANO DA MUNICIPALIDADE, A NELSON SATOURU GONDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUI LOBO, Prefeito Municipal de Parapuã,  
Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São  
Paulo, usando de suas atribuições le  
gais, .....

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PA  
RAPUÃ, DECRETOU E, ELE PROMULGA E SAN-  
CIONA EM REDAÇÃO FINAL A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Parapuã, autorizada a fa-  
zer a doação com encargos, de um terreno urbano, com área  
de 405,00 M2 (quatrocentos e cinco metros quadrados), da  
propriedade do município, a NELSON SATORU GONDO, cuja área  
destinar-se-á a instalação de confecção de roupas.

Parágrafo Único: A área do terreno urbano de que se trata este artigo  
foi avaliada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e cujo me-  
morial descritivo anexo fica fazendo parte integrante /-  
desta Lei, contendo as seguintes medidas e confrontações:  
Na frente 15,00 metros com a Rua São Luis, nos fundos /-  
15,00 metros com área da FEPASA, de um lado 27,00 metros  
com área da municipalidade e finalmente do outro lado /-  
27,00 metros com área do Sr. Tladmir Ferrara e outro, per  
fazendo uma área de 405,00 M2.

Artigo 2º - O donatário terá o prazo de 01 (um) ano, a partir da pu  
blicação da Lei Municipal autorizatória da doa ção  
da área, para a conclusão da obra, instalação  
e funcionamento da atividade mencionada no **PARAPUÃ**  
"caput" do artigo 1º.



**PARAPUÃ**  
*sempre*



# Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

## LEI Nº 1.841/95 Cont. Fls 02

Parágrafo Único: O não cumprimento do prazo previsto no "caput", o imóvel reverterá à administração doadora, ficando a critério do Legislativo a concessão e fixação de novo prazo.

Artigo 3º - Fica vedado a concessão e fixação de novo prazo ao donatário que não iniciar as obras no prazo previsto no artigo 2º desta Lei.

Artigo 4º - A lavratura da escritura definitiva de doação somente será outorgada ao donatário quando do início das atividades previstas nesta Lei.

Artigo 5º - Da escritura de doação deverá constar cláusula expressa de que o donatário poderá alienar por atos "Inter-Vivos" e transferir por sucessão legítima ou testamentária, inclusive admitir hipoteca e qualquer outro gravame, sempre salvaguardando o prazo de 05 (cinco) anos de funcionamento das atividades sob pena de reversão ao Patrimônio Municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, 17 de maio de 1.995.

Publicada e registrada na Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Parapuã e, afixada em lugar de costume na data supra.

*Rui Lobo*  
Prefeito Municipal  
*Marcelo Adriano*  
RG 12393478/SP  
Chefe de Gabinete

